

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE

2025

DENOMINAÇÃO CECAJUVI - CENTRO CONVIVIO APOIO À
JUVENTUDE E IDOSOS STª LEOCÁDIA

MORADA Largo da Liberdade

N. 3422 ANDAR LOCALIDADE Sta. Leocádia

FREGUESIA Sta. Leocádia

CONCELHO Baião

COD. POSTAL 4640-440

EM / /

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Baião 22 maio, 2026

Baião 22 maio, 2026

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

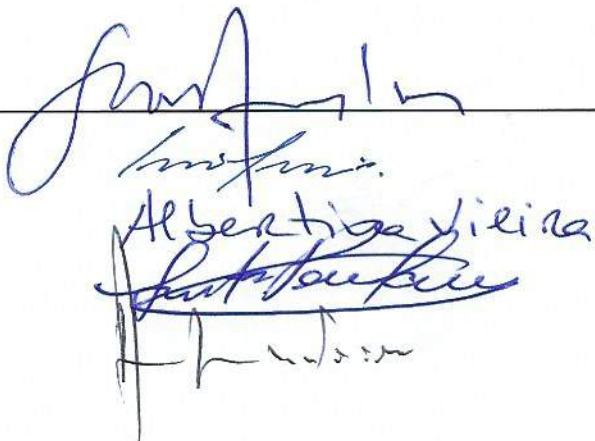
CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 504374397
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2025	31-dez-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	380 279,40	355 401,26
Investimentos financeiros	10.1	3 625,44	3 625,44
		383 904,84	359 026,70
Ativo corrente			
Créditos a receber	10.3	8 543,31	10 533,64
Estado e outros entes públicos	10.9	2 999,04	3 065,84
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membro	10.2	1 620,00	1 596,00
Diferimentos	10.5	872,15	607,98
Outros ativos correntes	10.4	15 560,17	13 332,93
Caixa e depósitos bancários	10.6	107 312,43	120 926,91
		136 907,10	150 063,30
Total do ativo		520 811,94	509 090,00
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.7	5 617,21	5 617,21
Resultados transitados	10.7	146 272,53	138 331,61
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.7	330 080,13	316 718,76
		481 969,87	460 667,58
Resultado líquido do período		183,12	7 940,92
Total dos fundos patrimoniais		482 152,99	468 608,50
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.8	5 779,90	8 839,92
Estado e outros entes públicos	10.9	7 190,00	6 723,64
Diferimentos	10.5	1 944,00	51,00
Outros passivos correntes	10.10	23 745,05	24 866,94
		38 658,95	40 481,50
Total do passivo		38 658,95	40 481,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		520 811,94	509 090,00

A Direção

O Contabilista Certificado


Albertina Vieira



CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025


Contribuinte : 504374397

Moeda : euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	6	280 390,87	262 949,64
Subsídios, doações e legados à exploração	10.11	6 970,85	10 758,38
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-2 659,60	-2 509,33
Fornecimentos e serviços externos	10.12	-107 110,78	-97 884,04
Gastos com o pessoal	8	-171 024,63	-156 707,55
Outros rendimentos	10.13	12 357,14	8 759,08
Outros gastos	10.14	-213,00	-213,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		18 710,85	25 153,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-18 527,73	-17 212,26
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		183,12	7 940,92
Resultados antes de impostos		183,12	7 940,92
Resultado líquido do período		183,12	7 940,92

A Direção

O Contabilista Certificado


 Albertina Vieira
 Subscritora



Entidade: CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 504374397

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Cedência Instalações/ Viatura/ Colaboradores	Centro Dia	SAD	PERÍODOS	
					2025	2024
Vendas e serviços prestados						
Custo das vendas e dos serviços prestados	6 5/8	55.777,99 -16.787,82	99.771,23 -91.415,86	124.841,65 -113.028,55	280.390,87 -221.232,23	262.949,64 -204.043,68
Resultado Bruto		38.990,17	8.355,37	11.813,10	59.158,64	58.905,76
Outros Rendimentos	7/10.11/10.13	0,00	6.958,08	12.369,91	19.327,99	19.517,46
Gastos administrativos	4/10.12	-8.475,54	-25.061,37	-44.553,60	-78.090,51	-70.269,30
Outros Gastos	10.14	0,00	-76,68	-136,32	-213,00	-213,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		30.514,63	-9.824,60	-20.506,91	183,12	7.940,92
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		30.514,63	-9.824,60	-20.506,91	183,12	7.940,92
Resultado líquido do período		30.514,63	-9.824,60	-20.506,91	183,12	7.940,92

CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

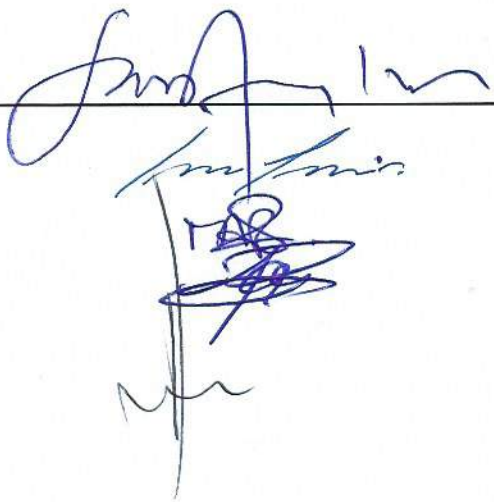
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		151 920,05	134 377,98
Pagamentos a fornecedores		-119 235,70	-104 976,87
Pagamentos ao pessoal		-123 530,30	-108 523,77
Caixa gerada pelas operações		-90 845,95	-79 122,66
Outros recebimentos/pagamentos		117 068,78	121 588,39
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		26 222,83	42 465,73
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-42 646,87	-1 242,05
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-42 646,87	-1 242,05
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		2 809,56	2 638,38
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		2 809,56	2 638,38
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-13 614,48	43 862,06
Caixa e seus equivalentes no início do período		120 926,91	77 064,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.6	107 312,43	120 926,91

A Direção

O Contabilista Certificado



CECAJUVI - Centro Convívio Apoio

Juventude e Idosos

Anexo

Demonstrações Financeiras

2025

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Inventários	11
6	Rédito	12
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
8	Benefícios dos empregados	13
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
10	Outras Informações	14
10.1	Investimentos Financeiros	14
10.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14
10.3	Créditos a receber	14
10.4	Outros ativos correntes	15
10.5	Diferimentos	15
10.6	Caixa e Depósitos Bancários	15
10.7	Fundos Patrimoniais	15
10.8	Fornecedores	15
10.9	Estado e Outros Entes Públicos	16
10.10	Outros passivos correntes	16
10.11	Subsídios, doações e legados à exploração	16
10.12	Fornecimentos e serviços externos	16
10.13	Outros rendimentos	17
10.14	Outros gastos	17
10.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	17
10.16	Acontecimentos após data de Balanço	17

1 Identificação da Entidade

A “CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” registada na Direção Geral de Segurança Social, no livro nº 8 das Associações de Solidariedade Social, sob o n.º 42/00, a fls. 46 verso, com sede em Largo da Liberdade, 3422, Sta. Leocádia - Baião. Tem os seguintes objetivos:

- Apoiar a infância, disponibilizando instalações e serviços adequados às diferentes respostas sociais, consoante as necessidades das populações do território de intervenção do Centro;
- Proteger a terceira idade, através do Centro de Dia, Centro de Convívio, Centro de Noite e a disponibilização de Serviço de Apoio Domiciliário aos idosos e inválidos;
- Combater a pobreza, apoiando principalmente crianças e os jovens residentes em zonas socioeconómicas mais carenciadas, população adulta e terceira idade, com serviços de cantina comunitária, centro de atividade socioeducativa e intervenção comunitária;
- Desenvolver iniciativas no âmbito da formação profissional;
- Promover atividades recreativas, culturais, desportivas e similares;
- Intervir em quaisquer outras áreas de ação social e solidariedade social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamento informático	5

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.3 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	Adições	Abate	Transferência	31-12-2025
Edifícios e outras construções	518.876,50				518.876,50
Equipamento Básico	96.958,90	10.549,59			107.508,49
Equipamento de Transporte	73.149,42	32.856,28			106.005,70
Equipamento Administrativo	2.942,75				2.942,75
Equipamento Informático	4.872,43				4.872,43
Ativo Tangível Bruto	696.800,00	43.405,87	0,00	0,00	740.205,87
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	171.365,42	11.186,79			182.552,21
Equipamento Básico	89.068,72	4.055,31			93.124,03
Equipamento de Transporte	73.149,42	3.285,63			76.435,05
Equipamento Administrativo	2.942,75				2.942,75
Equipamento Informático	4.872,43				4.872,43
Depreciações Acumuladas	341.398,74	18.527,73	0,00	0,00	359.926,47
Ativo Tangível Líquido	355.401,26	24.878,14	0,00	0,00	380.279,40

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	2.509,33	0,00	0,00	2.659,60	0,00	0,00	
Total	0,00	2.509,33	0,00	0,00	2.659,60	0,00	0,00	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				2.509,33			2.659,60	

A instituição não apresenta inventário de géneros alimentares, uma vez que as refeições são fornecidas por uma empresa de catering (Uniself, Lda.), registadas na conta 621-Subcontratos.

6 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços	280.390,87	262.949,64
Quotas de utilizadores	79.082,12	68.100,03
Quotas e joias	830,00	1.231,00
Cedência de Instalações/Viatura/Colaborador	55.777,99	57.388,28
ISS, IP – Acordos Cooperação	144.700,76	136.230,33
Outros Réditos	0,00	0,00
Total	280.390,87	262.949,64

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	31-12-2025			31-12-2024		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	144.700,76	0,00	0,00	136.230,33
C M Baião	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.620,00
J F Santa Leocádia e Mesquinhata	Não reembolsável	0,00	0,00	869,54	0,00	0,00	500,00
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	3.291,75	0,00	0,00	0,00
FSS (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	120.000,00	0,00	4.000,00	124.000,00	0,00	4.000,00
C M Baião (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	39.600,00	0,00	1.300,00	40.900,00	0,00	1.300,00
C M Baião (Ativos Fixos Tangíveis – Equipamentos)	Não reembolsável	6.167,73	0,00	984,80	7.162,53	0,00	0,00
C M Baião (Ativos Fixos Tangíveis - Viatura)	Não reembolsável	9.000,00	0,00	1.000,00	10.000,00	0,00	0,00
ISS, IP – PRR (Ativos Fixos Tangíveis – Viatura eletrica)	Não reembolsável	42.550,00	0,00	1.950,00	19.500,00	0,00	0,00
FEDER – Norte2020 (Ativos Fixos Tangíveis – Edifícios)	Não reembolsável	112.762,40	0,00	2.393,82	115.156,23	0,00	2.393,82
TOTAL		330.080,13	0,00	160.490,67	316.718,76	0,00	152.044,15

8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2025 e 2024, foram de “11”. No exercício de 2025 mantiveram-se os Órgãos eleitos para o quadriénio 2023/2026, com a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – Victor Manuel Ferreira Pinto;

1ª Secretária – Olga Maria Azevedo Miranda Caetano;

2ª Secretária – José Vieira.

Direção

Presidente – José Manuel Vieira Ribeiro;

Vice-Presidente – Luís Miguel da Silva Pereira;

Secretária – Maria Albertina Pereira Vieira;

Tesoureira – Armando Joaquim Monteiro Vieira;

Vogal – António Pereira Carneiro.

Conselho Fiscal

Presidente – Eduardo Lopes Gomes;

1º Vogal – Cecília Maria Pereira de Matos;

2ª Vogal – Adriano Augusto Cerqueira Correia Pereira.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2025 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
1	Manutenção de viaturas	50

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 e em 31/12/2025 foram de “10”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	139.488,76	127.665,71
Indemnizações	532,80	0,00
Encargos sobre as Remunerações	27.948,68	26.743,47
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.570,14	1.708,32
Outros Gastos com o Pessoal	484,25	518,05
Total	171.024,63	156.707,55

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Investimentos noutras empresas	1.250,00	1.250,00
Outros Investimentos Financeiros	2.375,44	2.375,44
Fundo Compensação do Trabalho	2.375,44	2.375,44
Total	3.625,44	3.625,44

10.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Quotas associados	1.620,00	1.596,00
Total	1.620,00	1.596,00

10.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Créditos a receber” está desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	8.543,31	10.533,64
Total	8.543,31	10.533,64

10.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinham, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	1.807,05
Entidades Setor Público Administrativo		
FEDER – Norte2020	0,00	5.675,88
ISS, IP - PRR	13.350,00	5.850,00
IEFP	2.210,17	0,00
Total	15.560,17	13.332,93

10.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	872,15	607,98
Total	872,15	607,98
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	1.881,00	0,00
Quotas	63,00	51,00
Total	1.944,00	51,00

10.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	46.616,94	39.902,33
Depósitos à ordem	60.695,49	81.024,58
Total	107.312,43	120.926,91

10.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	5.617,21	0,00	0,00	5.617,21
Resultados transitados	138.331,61	7.940,92	0,00	146.272,53
Outras variações nos fundos patrimoniais	316.718,76	25.000,00	11.638,63	330.080,13
Total	460.667,58	32.940,92	11.638,63	481.969,87

10.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	5.779,90	8.839,92
Total	5.779,90	8.839,92

10.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.999,04	3.065,84
Total	2.999,04	3.065,84
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.983,59	3.743,43
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	297,00	255,00
Segurança Social	2.909,41	2.725,21
Total	7.190,00	6.723,64

10.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	23.745,05	0,00	24.866,94
Total	0,00	23.745,05	0,00	24.866,94

10.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios das Entidades Públicas	4.161,29	8.120,00
Doações e heranças - Donativos	2.809,56	2.638,38
Total	6.970,85	10.758,38

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

10.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	47.548,00	44.827,00
Serviços especializados	23.844,71	15.091,88
Materiais	1.731,93	1.390,10
Energia e fluidos	25.695,80	28.526,74
Deslocações, estadas e transportes	194,82	0,00
Serviços diversos	7.773,86	7.526,96
Encargos com utentes	321,66	521,36
Total	107.110,78	97.884,04

10.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Outros Rendimentos e Ganhos		
Rendimentos suplementares	215,00	880,00
Outros rendimentos e ganhos	12.142,14	7.879,08
Total	12.357,14	8.759,08

10.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Outros Gastos e Perdas – Quotizações	213,00	213,00
Total	213,00	213,00

10.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2025, foi a seguinte:

Centro de Dia – 28 utentes;

Serviço Apoio Domiciliário – 24 utentes.

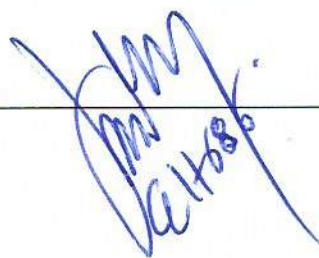
10.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Santa Leocádia, 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado



A Direção



Albino Almeida

